



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**RIO DE JANEIRO**  
Campus Arraial do Cabo

**Programa de Pós-Graduação Lato Sensu**  
**Especialização em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras**

**Campus Arraial do Cabo**

**Flávia Carvalho Figueira Purificate**

**O Turismo como possibilidade para a preservação do patrimônio da comunidade  
tradicional salineira do Caminho do Sal - RJ**

Arraial do Cabo

2018

**Flávia Carvalho Figueira Purificate**

**O Turismo como possibilidade para a preservação do patrimônio da comunidade  
tradicional salineira do Caminho do Sal - RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como parte dos requisitos necessários para a  
obtenção do título de especialista em Ciências  
Ambientais em Áreas Costeiras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Gomes Ferreira

Arraial do Cabo  
2018

PURIFICATE, Flávia Carvalho Figueira.

O Turismo como possibilidade para a preservação do patrimônio da comunidade tradicional salineira do Caminho do Sal - RJ. Flávia Carvalho Figueira Purificate. 2018.

46 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Gomes Ferreira.

Trabalho de Conclusão de Curso DE Especialização em ciências ambientais em áreas costeiras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais Costeiras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Arraial do Cabo, RJ, 2018.

1. Turismo. 2. Turismo de Base Comunitária. 3. História Oral. 4. Caminho do Sal. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Ambientais Costeiras. II. Arraial do Cabo, TCC. III. Título.

Flávia Carvalho Figueira Purificate

O Turismo como possibilidade para a preservação do patrimônio da comunidade tradicional  
salineira do Caminho do Sal - RJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como parte dos requisitos necessários para a  
obtenção do título de especialista em Ciências  
Ambientais em Áreas Costeiras.

Data de aprovação: 05 de janeiro de 2018.

---

Profa. Dra. Maria Aparecida Gomes Ferreira (orientadora) – IFRJ – CAC

---

Prof. Dr. Omar Souza Nicolau – IFRJ – CAC (titular interno)

---

Profa. Dra. Hellem da Silva Espíndola – Skill Idiomas (titular externo)

---

Profa. Dra. Glenda Cristina Valim de Melo – UNIRIO (suplente)

Arraial do Cabo – RJ  
2018

PURIFICATE, Flávia Carvalho Figueira. O Turismo como possibilidade para a preservação do patrimônio da comunidade tradicional salineira do Caminho do Sal - RJ. (44 fls). Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais Costeiras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Arraial do Cabo, RJ, 2018.

## RESUMO

A Região da Costa do Sol no Estado do Rio de Janeiro, representada pelos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Maricá, Rio das Ostras, Macaé, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, Casimiro de Abreu, São Pedro da Aldeia, Quissamã e Carapebus é um destino turístico consolidado. Entende-se como “Caminho do Sal” o conjunto das Salinas nas localidades hoje conhecidas como Cabo Frio, Arraial do Cabo e Araruama junto da rota (Cabo Frio-Maricá) de seu escoamento ao porto do Rio de Janeiro, até a década de 1950/60. A exploração do sal nestas localidades é algo historicamente rico e com mais de 200 anos de legado. A pesquisa aqui realizada propõe uma análise e problematização, na área de serviços turísticos, do patrimônio cultural, histórico, material, imaterial, assim como de memórias, saberes e fazeres das comunidades tradicionais e populações costeiras, mais especificamente da comunidade salineira do Caminho do Sal, no intuito de que esses saberes e patrimônios sejam incorporados a práticas de turismo de base comunitária. Ao utilizar o fenômeno turístico como vertente de estudo, busco uma compreensão da cultura local, gerando, assim, o envolvimento das comunidades, com vistas à valorização dessa memória e sensibilização dos sujeitos sobre a importância do reconhecimento de princípios de base comunitária, favorecendo, ainda, um senso de pertencimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Costa do Sol; Salinas; Comunidades Tradicionais.

PURIFICATE, Flávia Carvalho Figueira. Tourism as a possibility for the preservation of the heritage of the traditional saline community of Caminho do Sal - RJ. (44 pages). Completion of course report. Post-Graduation Program in Coastal Environmental Sciences, Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Arraial do Cabo, RJ, 2018.

## **ABSTRACT**

Costa do Sol Region in the State of Rio de Janeiro, represented by the municipalities of Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Maricá, Rio das Ostras, Macaé, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, Casimiro de Abreu, São Pedro da Aldeia, Quissamã and Carapebus is a consolidated tourist destination. It is understood as Caminho do Sal ("Salt Path") the group of salines in the localities today known as Cabo Frio, Arraial do Cabo and Araruama along the route (Cabo Frio-Maricá) from its outlet to the port of Rio de Janeiro until the 1950s / 60. The exploitation of the salt in these localities is something historically rich and with more than 200 years of legacy. The research carried out here proposes an analysis and problematization, in the area of tourism services, of cultural, historical, material, immaterial heritage, as well as memories, knowledge and practices of traditional communities and coastal populations, more specifically the saline community of the Caminho do Sal, in order that these know-how and heritage may be incorporated into community-based tourism practices. By using the tourism phenomenon as a path of studying, I seek an understanding of the local culture, thus generating the involvement of the communities, with a view to valuing this memory and sensitizing the social subjects on the importance of the recognition of community-based principles, a sense of belonging.

**KEY-WORDS:** Tourism; Costa do Sol; Salines; Traditional Communities.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. ATIVIDADE SALINEIRA E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO DA COSTA DO SOL: BREVE HISTÓRICO .....	4
2. METODOLOGIA DE PESQUISA .....	12
3. ANÁLISE DE DADOS .....	15
3.1 - Era pesado sim, mas na época era bom.....	15
3.2 - Tudo tem um começo, um meio e um fim.....	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	32
ANEXO I .....	35
ANEXO II .....	36
ANEXO III .....	37

## INTRODUÇÃO

A Costa do Sol (Região dos Lagos) é formada pelos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Maricá, Rio das Ostras, Macaé, Saquarema, Maricá, Araruama, Iguaba Grande, Casimiro de Abreu, São Pedro da Aldeia, Quissamã e Carapebus. Essa região é um dos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro, tendo, como principal atração, o segmento do turismo de Sol e Praia. Para o Ministério do Turismo (BRASIL, MTUR, 2006, p. 43), esse segmento pode ser definido como aquele para que “ se constitui das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor”.

Mais do que sol e calor, a região da Costa do Sol também foi e, de certo modo, ainda é marcada basicamente por atividades de pesca e em salinas. No decorrer do presente trabalho, apresento um breve histórico da atividade salineira na região da Costa do Sol, assim como do desenvolvimento do Turismo e discuto alguns impactos positivos e negativos dessas atividades. Além disso, relaciono essas práticas (de turismo e atividade salineira) à construção das localidades tanto em seu aspecto físico, quanto no histórico e cultural.

Ciente do potencial turístico dessa região e da riqueza histórico-cultural da tradição de trabalhos dos salineiros e analisando as premissas do turismo de base comunitária, que segundo Coriolano (2006, p.5) seria “jeito diferenciado de trabalhar com o turismo. Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional ”o presente trabalho objetiva avaliar como uma proposta de Turismo de Base Comunitária (TBC, doravante) poderia colaborar na preservação do patrimônio cultural da comunidade salineira do Caminho do Sal. Pretende-se também, entre outros objetivos, refletir sobre como o (re)conhecimento patrimonial do Caminho do Sal pode colaborar na conscientização e valorização da história dessa comunidade salineira.

Presume-se que o sal é um elemento essencial à vida humana, tanto física quanto culturalmente. Segundo Dutra (2013, p. 99), “o (...) sal carrega todo um simbolismo que atravessa séculos em diferentes culturais”. Dentre alguns desses simbolismos, o autor lembra que “o nome sal é muito antigo. Deriva do latim *sal*, palavra pela qual os gregos designavam o mar, a origem, o princípio de tudo” (*op. cit.*, p. 100). Sua importância e necessidade implicam, inclusive, o comprometimento de algumas funções primordiais e fisiológicas para a manutenção da vida no corpo humano. Vale lembrar também que o sal, inclusive, já foi forma de pagamento pelo trabalho realizado. Assim, esse composto mineral nos é vital não somente para o funcionamento físico do corpo humano, mas também por sua importância social, econômica, histórica e cultural.



A Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro já foi uma das maiores produtoras de sal do Brasil. Todo um ciclo econômico girou em torno da produção de sal nessa região, que passou por momentos de glória e de derrota durante o que ficou conhecido como Ciclo do Sal. Desse modo, toda uma história foi cunhada sobre a história do sal. Paisagens e edificações foram construídas em torno da produção de sal – as salinas. Também foram construídas relações/experiências entre as pessoas que trabalharam nas salinas. A partir do final da década de 1970, com o declínio na produção de sal, o aumento do fluxo turístico desordenado para a região e a especulação imobiliária podemos observar todo o patrimônio, tanto material quanto imaterial, relacionado às salinas sendo colocado em risco de extinção.

O presente trabalho propõe, então, uma análise e problematização, na área de serviços turísticos, do patrimônio (natural<sup>1</sup>, cultural<sup>2</sup>, histórico<sup>3</sup>, material<sup>4</sup> e imaterial<sup>5</sup>), com ênfase nas memórias, saberes e fazeres das comunidades tradicionais e populações costeiras, mais especificamente, da comunidade salineira do Caminho do Sal. Em outras palavras, o presente estudo destaca o patrimônio imaterial da comunidade salineira do Caminho do Sal, mas sem perder de vista como esse patrimônio imaterial se relaciona com os patrimônios natural, histórico, cultural e material.

Corroborando as definições apresentadas sobre Patrimônio Material e Imaterial, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco acrescenta que este patrimônio se manifesta, principalmente, nas “a) tradições e expressões orais, (...); b)

---

<sup>1</sup> Define-se como patrimônio natural como ambiente nativo que abriga espécies de flora e fauna específicas do local, podendo estar a ele agregados os testemunhos de atividade humana ou de acontecimento de interesse especial (UZEDA, 2009, p.109).

<sup>2</sup> O IPHAN estabelece como patrimônio cultural “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” e conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 01/12/2017).

<sup>3</sup> Segundo o decreto-lei nº 25 de 1937, patrimônio histórico pode ser definido como o conjunto de bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse publico, quer por sua vinculação a fatos memoráveis do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (UZEDA, 2009, p.10).

<sup>4</sup> Segundo o IPHAN, o patrimônio material se compõe de um conjunto de bens culturais, divididos em bens imóveis (núcleos urbanos; sítios arqueológicos; paisagísticos; monumentos arquitetônicos) e bens móveis (coleções arqueológicas; acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos e de imagens) (UZEDA, 2009, p.32).

<sup>5</sup> A UNESCO define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 01/12/2017).

expressões artísticas; c) práticas culturais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais” (UNESCO, 2003, p. 3)

Ao propor um diálogo entre as práticas de turismo e os conhecimentos tradicionais da vida dos salineiros, busco uma maior compreensão da cultura salineira, para gerar, assim, um maior envolvimento da comunidade costeira em projetos de turismo consciente, que se transformem em instrumento de valorização do patrimônio (material e imaterial) e sensibilização da própria comunidade e dos turistas sobre a importância deste patrimônio. Ainda segundo a UNESCO, propostas como essa podem ser entendidas como de salvaguarda cultural, por serem

medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão - essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização desse patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003, p. 3).

Por fim, essa proposta de conscientização dos salineiros e de salvaguarda desse patrimônio imaterial poderia favorecer iniciativas como a do Turismo de Base Comunitária, fortalecendo, ainda, um senso de pertencimento dos moradores da região e de enaltecimento da identidade social, assim como dos bens culturais da região. É importante salientar que iniciativas dessa ordem também precisam contar com apoio e incentivo das instituições públicas e das Políticas do Estado. Todavia, acredita-se que as reflexões alcançadas neste trabalho já possam sinalizar um caminho a ser seguido nesse sentido, trazendo, ainda, destaque e valorização, principalmente, aos sujeitos mais interessados: os homens e mulheres que atuaram (ou atuam) nas salinas da região.

Para o presente trabalho apresento um breve levantamento, presente em publicações, acerca da atividade salineira e do desenvolvimento do turismo na região da Costa do Sol. Em seguida, é apresentada a metodologia de pesquisa – História Oral – e discutida a análise dos dados obtidos através das entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa, a saber: salineiros da localidade. Por fim, aponto as considerações finais e conclusões obtidas ao longo do percurso da investigação.

## 1. ATIVIDADE SALINEIRA E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO DA COSTA DO SOL: BREVE HISTÓRICO

A história da atividade salineira é milenar no Brasil. No que diz respeito ao sudeste brasileiro, parte dessa história remonta a tribos indígenas, pois a atual região dos lagos fluminense, que constituía o ponto limítrofe ao norte da capitania do Rio de Janeiro e fronteira com São Tomé, era habitada pelos índios tamoios. Há registros de consumo de sal marinho por indígenas, graças à influência da ocupação francesa no Rio de Janeiro<sup>6</sup>, assim como relatos de consumo de sal de origem vegetal por índios do interior do continente que extraíam e consumiam o sal antes da chegada dos europeus (PAIXÃO 2004; JOÃO, 2012; DINIZ, 2013).

No que diz respeito às relações entre as salinas e a ocupação populacional dessa região, Paixão (2004, p. 92) aponta que,

uma importante característica da lagoa de Araruama é o alto índice de salinidade devido a uma baixa taxa de pluviosidade em conjunto com fortes ventos. Poucos rios deságuam nela e quando o fazem são de pouca relevância. A lagoa é praticamente um braço do mar. A escassez de água potável que, por um lado, propicia a produção de sal, por outro, não incentiva o assentamento humano, levando então a ocupação a se concentrar na parte norte da lagoa, mais próxima ao interior. Durante os séculos XVI e XVII, o pau-brasil foi o principal produto da região, e a restinga, faixa de areia na costa litorânea, considerada estéril e semi-desértica, era dedicada à pesca. Alguns cronistas da época, no entanto, já reconheciam o sal como sendo uma grande riqueza natural da região.

Com a colonização portuguesa, a Corte proibiu a extração do sal em terras brasileiras, obrigando a Colônia a consumir o sal vindo de Portugal. Segundo Lamego (*apud* JOÃO, 2012), as primeiras proibições datam de 1665, mas foi a Carta Régia, de 28 de fevereiro de 1690, que proibiu definitivamente a extração do sal nos trópicos, visando proteger os interesses comerciais lusitanos. O produto era vendido, então, no Brasil vinte e cinco vezes mais caro do que em Portugal, originando diversos protestos populares. Somente em 1801, o monopólio português sobre a venda de sal ao Brasil foi definitivamente abolido (JOÃO, 2012).

Segundo João (2012), a produção do sal em torno da lagoa de Araruama esteve presente durante o Estado Português, no processo de ocupação e urbanização daquelas áreas e ainda no Estado Brasileiro. É importante destacar que a ocupação da região se deu a partir de Cabo Frio, seguindo para São Pedro da Aldeia, depois Araruama, Saquarema e, finalmente, Maricá.

---

<sup>6</sup>Mais tarde, muitos desses depósitos naturais de sal passaram a ser explorados, como a Salina do Padre, Salina dos Índios, Salina Marnel de Massambaba e Salina do Povo.

Ainda no final do século XIX, numa tentativa de injetar investimentos na região e melhorar o escoamento da produção o sal, um grupo de políticos de Maricá conseguiu a extensão de um ramal da Estrada de Ferro Leopoldina, criando assim a Estrada de Ferro de Maricá, cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1888. No entanto, a maior parte da produção continuava sendo escoada através do porto de Cabo Frio (que detinha o monopólio para o escoamento do sal). O sal era extraído das salinas, à beira da lagoa, recolhido nos armazéns dos portos mais próximos e, depois, enviado a Cabo Frio - sendo Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio o caminho percorrido pelo produto - para depois seguir para o Rio de Janeiro. Havia outro caminho inverso, percorrido pela produção destinada a Maricá, com intuito de salgar o peixe produzido por este município e, então, enviado ao Rio de Janeiro pela estrada de ferro (JOÃO, 2012).

Nas décadas de 1950, 1960 e princípio da década de 1970, as salinas alcançaram uma grande produtividade, enriquecendo os proprietários e contribuindo para o aumento da economia do município. Isso aconteceu devido às inúmeras campanhas do governo pelo aumento do consumo (humano e animal); à inauguração de duas refinarias de sal em Cabo Frio – a Cia. Salinas Perynas e a Refinaria Nacional de Sal; e, principalmente, à inauguração da Companhia Nacional de Álcalis – CNA, ou somente Álcalis, que era o maior consumidor individual de sal do país. Esse momento ficou conhecido como o “período de ouro” ou “época do ouro branco”, expressão presente em todos os discursos alusivos a esse momento histórico (PEREIRA, 2010b; CHRISTOVÃO, 2011; JOÃO, 2012; DUTRA, 2013).

Sobre a Álcalis, vale lembrar que a empresa foi a responsável pela ascensão e pelo declínio da indústria salineira na região. Projetada em 1943, durante o Estado Novo, a Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, só foi definitivamente instalada em 1960. Sua implantação não foi uma tarefa fácil, tendo sido afetada por interesses diversos, de dentro e de fora do país. Segundo Pereira (2010b), a escolha do local para instalar a fábrica não foi pacífica. Grupos de salineiros do Nordeste lutavam contra as chances maiores do projeto ser instalado no litoral fluminense, tendo como principal argumento o fato de que os custos para a produção da barrilha, através do sal, seriam infinitamente maiores do que se utilizassem o sal-gema, encontrado em abundância em jazidas no litoral nordestino.

A decisão em torno do lugar de instalação da fábrica foi política e marcada, sobretudo, pela forte influência de Amaral Peixoto, interventor federal no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. O principal argumento de Amaral Peixoto para eleger o Rio de Janeiro para tal instalação era o fato de o estado estar próximo dos grandes centros consumidores do país, e, é claro, ser uma região produtora de sal, matéria-prima básica para a fabricação de barrilha. Além disso, a disponibilidade, em abundância, de água do mar, em temperaturas baixas, e de

água potável, associada à existência de calcário<sup>7</sup>, eram fatores que jogavam a favor da implantação da Álcalis, nessa região (PEREIRA, 2010b).

Em contrapartida, as previsões sobre as dificuldades que seriam encontradas para a produção da Álcalis foram concretizadas (PEREIRA, 2010b). Algumas dessas dificuldades dizem respeito às lanchas de sal (embarcações à vela, responsáveis pelo transporte do sal entre as salinas no interior da Lagoa de Araruama e o Porto de Cabo Frio) e seus estaleiros, bem como as locomotivas da estrada de ferro, que desapareceram do cenário salineiro. Eles perderam a utilidade com o incremento do sistema rodoviário, impulsionado com a construção da rodovia Amaral Peixoto, na década de 1950, que faz a ligação da Região dos Lagos a Niterói (JOÃO, 2012).

Em diálogo com essas dificuldades, Paixão (2004) afirma que, na década de 1970, começa a crise do sal. Ela destaca que os elementos que contribuíram para a crise foram o fracasso do contrato com a Álcalis – que se comprometia em comprar toda produção de sal da região – a queda do preço do produto e o mercado imobiliário em expansão devido ao crescimento do turismo na região. Dutra (2013) cita como outro elemento importante a ser considerado nessa crise do sal, a concorrência e o preço do sal que vinha do Rio grande do Norte. Seja por um motivo ou por outro, fato é que a partir da década de 70, a atividade salineira na região começou a diminuir e entrar em declínio.

Conforme já apontado, no entanto, além das atividades salineiras, a região se destaca pela pesca. Segundo Mendonça (*et al*, 2013), a população cabista tinha na pesca sua principal fonte de renda e reprodução social até meados da década de 1950. A partir da instalação da Álcalis no município, a fábrica passou a ser a principal atividade responsável pela geração de emprego e renda aos moradores locais, juntamente com a pesca. Com o sua derrocada, e conseqüente encerramento de suas atividades, muitos ex-funcionários voltaram-se inteiramente para a pesca, que se encontrava em declínio, como forma de sobrevivência, gerando outros conflitos na comunidade.

Por volta de meados da década de 80, a região absorveu novos fluxos migratórios e, a partir da década de 90, o turismo de sol e mar e de segunda residência intensifica e consolida a região como destino turístico. Desse modo, o turismo se apresentou como uma alternativa de fonte de renda para a população local, representando, junto à pesca, grande importância econômica e social para Arraial do Cabo.

Todavia, em outros municípios da Costa do Sol, o turismo já se configurava como atividade econômica. Assim, vale lembrar que, já no início da década de 1950, a região era frequentada para veraneio por uma elite carioca. Em 1964, atriz francesa Brigitte Bardot

---

<sup>7</sup> Segundo Pereira (2010b), o calcário era retirado do fundo da lagoa de Araruama e utilizado tanto na fabricação de barrilha quanto na fabricação de cal.

projetou Armação dos Búzios para o mundo, levando ao processo de turistificação da localidade. Além disso, a inauguração da ponte Presidente Costa e Silva (Rio – Niterói), em 1974, facilitou o acesso à região, levou ao aumento das segundas residências e deu início ao turismo de massa, que nos dias de hoje apresenta seus efeitos diversos sobre a região como: o grande impacto econômico, por ser uma das principais atividades produtivas locais; a degradação ambiental e descaracterização ambiental e cultural, dentre outros.

O turismo de massa se caracteriza pelo deslocamento de um grande número de pessoas, individualmente ou em grupos, para um mesmo lugar geralmente na mesma época do ano. Essa atividade é considerada, por muitos, como um dos maiores agressores dos espaços naturais. O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, o que inevitavelmente leva à ocupação de grandes espaços, assim agredindo paisagens e causando danos, muitas vezes, irreversíveis aos recursos naturais (RUSCHMANN, 1997).

Ou seja, tem-se tido como prioridade apenas o aspecto econômico da atividade turística e os outros aspectos (cultural, ecológico e social) são deixados de lado. Isso acarreta consequências como a degradação ambiental, desmantelamento da paisagem, urbanização desenfreada, especulação imobiliária, processo de marginalização socioambiental da população local, somente para citar alguns. Esses fatores são mais impactantes em localidades mais pobres, onde o turismo é mostrado muitas vezes como solução para a melhoria das condições sociais da população. Porém, essa atividade acaba se tornando causa de deterioração das mesmas (LUCHIARI, 1998; CORIOLANO, 2006).

Para o estado do Rio de Janeiro, as rodovias tiveram um importante papel na promoção do turismo de massa, pois, além da já citada construção da ponte Rio-Niterói, que liga as duas maiores cidades do estado, tivemos a abertura da BR 101 e a duplicação das BR 116 e 040. Com o aumento no fluxo de pessoas em terras fluminenses, houve uma expansão da atividade turística em direção ao litoral sul (Costa Verde) e ao litoral norte (Costa do Sol). A melhora dos eixos de transporte levou ao desenvolvimento da atividade turística, principalmente, para os municípios localizados fora à metrópole, tanto litorâneos, como do interior. Associados a outros fatores, como o quadro natural diversificado e os condicionantes históricos, observamos a disseminação da atividade turística por alguns municípios fluminenses, transformando-os em verdadeiros lugares para o consumo. Na região da Costa do Sol, o advento da ponte Rio-Niterói foi o principal fator de influência para a massificação do turismo (RIBEIRO, 2009; FONSECA, 2011).

O fenômeno contemporâneo do turismo apresenta-se, então, como um meio de mudanças contrastante e representativo de relações culturais, pois enfatiza a produção de lugares de consumo e o consumo dos lugares. Porém, não seria justo apontar, aqui, apenas o ponto de vista negativo, como um ávido separador de antigas formas e funções sociais das

novas e que, de forma constante, destrói o velho substituindo-o pelo novo. O intermédio entre o global e o local, proposto pelo turismo, possibilita tomarmos o lugar e o mundo, ou o local e o global, em sua unidade. Este processo permite também que se traga à tona novas formas de sociabilidade, equiparadas em função do processo contemporâneo de revalorização das paisagens para o lazer. Tal movimento, ao invés de contrapor o tradicional ao moderno, o lugar ao mundo, o natural ao artificial, instiga a reordenação das relações do lugar com o mundo e o curso de organizações sócio-espaciais cada vez mais híbridas, cujas formas e lógicas antigas associadas às novas originam uma nova composição (LUCHIARI, 1998).

Partindo de uma nova ressignificação da realização de um turismo diferenciado em um território caracterizado pelo turismo de massa, tem-se o surgimento do Turismo de Base Comunitária. O turismo de base comunitária é o “jeito diferenciado de trabalhar com o turismo. Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional” (CORIOLANO, 2006). A partir disso, é possível entender que o turismo de base comunitária parte da necessidade da comunidade local em diferenciar a sua experiência com o turismo tradicional.

A WWF Internacional (2001, p. 2) cita que o

Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

Carlos Maldonado (2009, p.31), especialista da Organização Internacional do Trabalho e coordenador da Rede de Turismo Sustentável da América Latina (RedTurs) define

por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

Para Carvalho (*apud* Ribeiro 2008, p. 2),

o turismo comunitário apresenta-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e lucro permanecem na comunidade contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo. Além de requerer a participação

de toda a comunidade, considera os direitos e deveres individuais e coletivos elaborando um processo de planejamento participativo. Desenvolvendo assim a gestão participativa, ou seja, os atores sociais na sua maioria se envolvem com as atividades desenvolvidas no local de forma direta ou indireta tendo sempre em vista a melhoria da comunidade e de cada participante, levando em conta os desejos e as necessidades das pessoas, a cultura local e a valorização do patrimônio natural e cultural.

Frente a isso, o TBC surge como um movimento social em contraponto ao modelo hegemônico do turismo, exemplificado pelo fluxo de massa. Para ilustrar esse argumento, Mendonça e Moraes (2012, p.1173) citam que

(...) estes grupos perceberam o potencial do lugar em que moram como destino turístico. Decidiram, então, se inserir na atividade de forma diferenciada, em um modelo de turismo em que é possibilitada a oportunidade de diversos atores sociais participarem de forma mais efetiva no planejamento, implementação e gestão do turismo, cuja maior parte dos benefícios gerados é destinada à própria comunidade. Esta iniciativa surge em contraponto a todo um processo convencional de desenvolvimento turístico caracterizado por: vazamentos de recursos financeiros; descaracterização de ambientes naturais; alteração de costumes e de valores tradicionais; especulação imobiliária e a consequente exclusão territorial de residentes.

Baseado nos princípios da economia solidária<sup>8</sup>, o TBC é considerado uma alternativa ao turismo convencional, sendo feito pela comunidade de maneira associativa, aonde não é visada a acumulação de riquezas, mas sim a sua distribuição entre todos os envolvidos. Valoriza-se a cultura, os saberes populares, as atividades tradicionais, além de se preservar o patrimônio histórico material, imaterial natural da localidade em questão.

No que diz respeito a esses patrimônios, vale lembrar, ainda, que o presente trabalho teve como fonte de inspiração e ponto de partida o livro: “Salinas: Os modos de viver de um povo” de Álvaro Lutterback Dutra. Nesse livro, Dutra (2013) fez um trabalho de pesquisa e de entrevistas com pessoas da comunidade salineira do Caminho do Sal, e conseguiu, com grande riqueza de detalhes, apresentar ao leitor os diversos aspectos sobre como era a vida dos salineiros, quando as salinas ainda funcionavam regularmente. O autor registrou a história, geografia, economia, saúde, cultura entre outros pontos que permearam a vida de um salineiro.

Após um breve histórico sobre como se originou a atividade salineira e como o sal virou o “ouro branco” da região, Dutra (2013) também apresenta como a geografia da região

---

<sup>8</sup>A economia solidária é uma forma de organização do trabalho que surgiu como alternativa de geração de renda e de inclusão social. É um jeito diferente de produzir, comprar, vender e trocar o que é necessário para viver, sem que haja vantagem para um ou outro lado da negociação. As atividades da economia solidária se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais e promovem o desenvolvimento sustentável, ou seja, o crescimento econômico em harmonia com a proteção da natureza. (<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/economia-solidaria-promove-inclusao-social>, acesso 21/01/18).



e suas peculiaridades (como a hipersalinidade da laguna) influenciaram a produção de sal. O autor lembra que a laguna de Araruama é naturalmente uma grande salina e detalha como paisagem da salina é composta por seus cristalizadores, passeios, armazéns, cata-ventos e montes de sal. E que a safra, nos anos bons, começa geralmente em agosto e prolongava-se até março do ano seguinte. Já nos anos ruins começava em dezembro e terminava em fevereiro do ano seguinte.

Um dos aspectos discutidos em seu texto é em relação à identidade. O que significa ser salineiro? É ter o conhecimento sobre o processo de tirar o sal, conhecer cada cantinho da salina e ter satisfação nesse ofício, mesmo sabendo e admitindo que era um trabalho pesado e duro. Passando por vários personagens/sujeitos, o autor vai pontuando as características que, unidas, irão formar a identidade do salineiro. A identidade de um salineiro foi construída pela localidade, pelo saber-fazer, pela convivência e pelo reconhecimento que, naquele momento, o outro também era um salineiro. Porém, como bem nos mostra Hall (1998), o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos e, com o declínio da produção de sal, Dutra (2013) mostra como alguns se lembram com carinho do período em que eram salineiros, mas, que, na atualidade, não se reconhecem como tal.

As relações econômicas também são contempladas nessa obra, as políticas públicas adotadas pelo governo para a produção e comercialização do sal na região. De modo semelhante, as viagens das barcaças de sal influenciaram no comércio da região fazendo com que o dinheiro circulasse na região. Quando o sal desponta como grande fator do ciclo econômico na região, Dutra (2013) nos aponta a importância dos trabalhadores imigrantes para a produção do sal. O autor aponta que, de certa forma, a fartura dos alimentos provenientes da lagoa, como o peixe e o camarão, contribuíram para que esses trabalhadores imigrantes fixassem residência no entorno da laguna. E que, por se tratar de uma safra sazonal, o sal contava com poucos empregados fixos durante a entressafra. Esses poucos trabalhadores cuidavam da manutenção das salinas, das eiras, passeios e conservação dos tanques. O número de trabalhadores aumentava vertiginosamente na época da grande safra, vinham os trabalhadores contratados da zona rural/interior e, mesmo sabendo que se tratava de um trabalho temporário, vinham felizes, porque o trabalho nas salinas era sinônimo de alguma receita.

Sempre citando que o trabalho era árduo, mas também prazeroso, Dutra (2013) fala da dinâmica do trabalho nas salinas, onde o trabalhador, às vezes, rezava para chover e ele descansar. Por outro lado, sem trabalho também não se tinha dinheiro e, quando estavam sem trabalho, os trabalhadores se ocupavam com a cachaça e o empregador não gostava. O autor cita que, na atualidade, a grande maioria dos entrevistados não acredita que as salinas possam contratar empregados como no passado. Ainda em relação ao trabalho, a implantação da Álcalis acarretou diversas mudanças na dinâmica social das salinas. Com o

advento da modernidade que essa indústria provocou, os salineiros ou pescadores deixaram de exercer suas atividades tradicionais e passaram a exercer a função de pedreiro, mecânico, eletricitista ou outra função burocrática e menos cansativa. Isso impactou a vida dos salineiros. A empresa trouxe uma prática trabalhista que os salineiros não estavam acostumados, na qual eram oferecidas muitas vantagens sem ser necessário ter experiência. Muitos deixaram as salinas. Houve mais acesso à educação e à saúde. Porém, com a queda na produção da Álcalis, e sua consequente falência, esse quadro se reverteu.

Em relação à saúde dos trabalhadores, o trabalho era árduo, de grande esforço físico e pouco remunerado. Problemas de visão eram comuns nos trabalhadores devido à exposição excessiva a luminosidade. Quedas, fraturas, cortes, lesões de pele e problemas na coluna também eram consequência do trabalho nas salinas. Segundo o autor, de acordo com seus entrevistados, algumas mazelas eram tratadas com a sabedoria popular da cura, através de chás e rezas.

A relação dos salineiros com os meios de transporte onde o sal era transportado também foi descrita pelo autor. As barcaças (ou lanchas) faziam o transporte do sal da sua origem (as salinas) até as cidades de Cabo Frio ou Araruama, onde o sal era embarcado em vagões de trem ou repassado em grandes navios para o Rio de Janeiro. Nessas barcaças, transportava-se o sal, era feita a comida e também retornava com produtos que os salineiros compravam para suas casas. Em relação ao trem, de acordo com o autor, poucos foram seus entrevistados que viajaram nele. Além de sal, o trem também transportou outros produtos como cal, areia, outros resíduos de salinas, assim como carnes, frutos do mar, peixes, aves, porcos, algodão e passageiros. O sal passou a ser manchete de jornais, tanto por seu sucesso ou seu declínio, e o autor selecionou alguns recortes de periódicos e publicações que exemplificam como foi esse ciclo econômico.

O autor traça uma importante leitura sobre a cultura, as crenças e a gastronomia dos salineiros. O povo salineiro era um povo solitário que vivia isolado em um pequeno cordão de terra entre o mar e a lagoa. Expressões típicas da comunidade, o conhecimento sobre as plantas e animais, o respeito pelo mar, as histórias e lendas, além das comidas (com a fartura de peixe, camarão e aipim) são hábitos e costumes que foram herdados dos seus antepassados e que também compõem o que entendo por Patrimônio Cultural material e imaterial da região. Nesse sentido, vale destacar que a cultura das salinas está ligada ao ambiente familiar, onde cada família preserva seu patrimônio. As famílias viviam em casas simples, muitas vezes de estuque (que na atualidade talvez já nem existam mais por conta da força dos ventos da região) e enfrentando a escassez de água potável, e, segundo o autor, as mulheres se dedicavam a cuidar do lar e de seus maridos, apesar de que algumas também atuavam nas salinas com seus maridos.

Dutra (2013), em sua conclusão, nos mostra que o povo das salinas, que vive em seu ambiente reservado, meio urbano, meio rural, ainda conserva alguns hábitos adquiridos da época do “ouro branco”, porém, alguns se adaptaram bem aos costumes e práticas da modernidade. Seus entrevistados se lembram com saudades do trabalho árduo, sofrido e pesado, mas que era prazeroso e de como eram felizes com tão pouco.

Diante das considerações acima expostas, creio ficar evidente a importância não somente econômica, mas também cultural, histórica e patrimonial do sal para a região da Costa do Sol. Ciente, portanto, do declínio da riqueza oriunda da atividade salineira, assim como do potencial turístico da região, muitas vezes subaproveitado apenas no turismo de massa, entendo que o Caminho do Sal, com todo seu Patrimônio Natural, Cultural, Material e Imaterial poderia ser uma importante fonte de recursos e receita para as famílias e comunidades locais. Mais do que isso, seria uma forma estratégica de valorizar a identidade social e cultural do salineiro, de salvaguardar as tradições sobre esses saberes e práticas, além de representar a possibilidade de transformar o turismo predatório, que ainda é prática hegemônica na região, em um turismo responsável, sustentável e vinculado às raízes, e quiçá interesses, mais tradicionais dessa região. Reconhecendo que o TBC pode ser um importante instrumento para esse tipo de iniciativa, na próxima seção, discuto a metodologia da História Oral, como forma de levantar alguns saberes, práticas e conhecimentos, com os próprios salineiros, e refletir com eles sobre as possibilidades e limites de realização da proposta de TBC aqui apresentada.

## **2. METODOLOGIA DE PESQUISA**

Para a realização do presente trabalho, foi utilizada a metodologia da História Oral, que segundo Alberti (2005, p.155 *apud* SILVEIRA, 2007, p.3) é

uma metodologia de pesquisa de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Antes de Alberti (2005), contudo, para uma melhor compreensão da metodologia da História Oral é necessário irmos ao trabalho de Edward Thompson. Para Thompson (2006, p.20), a História Oral é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas. Ao utilizar a História Oral, a habilidade fundamental é aprender a escutar. Essa metodologia é considerada como um campo interdisciplinar, pois transcende os campos

históricos, sociológicos, antropológicos e culturais baseando-se nas interações sociais dessas disciplinas.

Ainda sob o olhar de Thompson (*op.cit.*), é preciso estudar as situações do cotidiano e a História Oral colabora para essa compreensão. Outro ponto a ser analisado é como a cultura é compreendida pelas pessoas, como utilizam essa cultura e o que ela traz para suas vidas. Sendo assim, pode-se perceber a História Oral como uma forma de fortalecimento e empoderamento cultural para alguns grupos de pessoas: bairros, aldeias e grupos étnicos exercendo um potencial papel na mobilização da comunidade.

Vale lembrar, uma vez que um dos propósitos do presente estudo é a utilização do turismo como possibilidade para a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial da comunidade tradicional salineira, através da proposta de um turismo de base comunitária, a História Oral surge como uma metodologia bastante apropriada por ouvir os sujeitos sociais e ordinários partícipes dessa produção cultural. Nesse sentido, para a

preservação do patrimônio cultural não devem[os] ignorar o papel dos indivíduos e grupos que desempenham importante função na produção e na manutenção do patrimônio, na construção de suas identidades, contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana. Esses indivíduos e grupos são os detentores dos bens culturais. E esse patrimônio, que é passado de geração em geração, são as tradições que se mantiveram vivas até os dias atuais, pelo simples fato dos indivíduos e grupos preservarem o seu patrimônio cultural, reinventando e sobrevivendo, com seus valores e suas tradições ancestrais (INEPAC, 2014, p. 81).

Contudo, quando a opção ao turismo de base comunitária ocorre, como um processo de descoberta da comunidade, a mesma discute o que quer ou não fazer para o desenvolvimento das pessoas e da localidade. A expectativa principal continua sendo o lucro, além da geração de riqueza e renda, mas o turismo comunitário não se preocupa só com o consumo, é uma troca de experiências, de laços de amizade e de valorização cultural. A característica do TBC é que as iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos são protagonizados pelas comunidades receptoras. As iniciativas de TBC destoam ao modelo hegemônico de turismo, extremamente massificado. Como diversos grupos sociais têm se inserido num mercado tão competitivo que é o turismo os mesmos buscam por uma autonomia no que se refere ao poder de decisão. A gestão comunitária e participativa é considerada fator primordial para o desenvolvimento das atividades de TBC (CORIOLANO, 2006; MTUR, 2009)

Frente a isso, é importante também destacar que, ao se trabalhar com História Oral, não se pretende ouvir ou alcançar uma história única e uma verdade absoluta, a partir dos depoimentos. Mas, sim, dar aos sujeitos, normalmente anônimos ou invisíveis da História(oficial), as oportunidades na produção e divulgação da História, tanto por considerar

suas perspectivas, quanto por articular suas narrativas aos contextos e elementos do objeto de pesquisa. Por envolver tanto aspectos subjetivos quanto objetivos, a História Oral nos permite entender como as experiências do passado são reinterpretadas na memória. É preciso estar preparado para perceber que nem sempre o ato de rememorar é uma ação saudável e positiva para o sujeito, pois pode trazer dores e sofrimentos. No entanto, escutar pode exercer um importante papel como forma de tornar públicas certas feridas do passado e refletir sobre elas. Olhar os elementos subjetivos e objetivos de cada vertente da história é a forma mais eficaz de análise. Nesse sentido, a metodologia da História Oral se configura em uma possibilidade de escrever uma história sem se preocupar em firmar certezas, mas, sim, em ouvir múltiplas vozes que constituem a vida social (THOMPSON, 2006; SILVEIRA, 2007).

Para as entrevistas, serão selecionados de forma não probabilística e intencional, indivíduos que representem da melhor forma a população da pesquisa. Na História Oral, as entrevistas são transcritas e analisadas como se fosse uma fonte documental, sendo que estas se figuram como o principal instrumento/técnica desta metodologia (ALBERTI, 2005). Convém lembrar, ainda, que, para o presente estudo, foram realizadas entrevistas semi-abertas.

Assim, nas entrevistas realizadas, buscando eliminar as barreiras que a presença de um celular/gravador pudesse, aparentemente, impor, propus um roteiro de perguntas iniciais (ANEXO II), pré-elaborado, no intuito de seguir um roteiro de pesquisa. Esse roteiro, contudo, não tinha pretendia engessar ou limitar a conversa, mas sim estimular o entrevistado a expor sua opinião sobre alguns aspectos centrais ao presente trabalho, a saber: a possibilidade de diálogo entre atividades de turismo e a tradição salineira. As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2017. Com duração de aproximadamente 60 minutos, as entrevistas foram realizadas ou na residência ou no local de trabalho dos sujeitos de pesquisa. Para cada sujeito de pesquisa foi realizada uma entrevista.

Infelizmente, para a gravação das entrevistas, eu não dispus de um gravador adequado. Desse modo, os áudios das entrevistas foram gravados por um aplicativo de celular. Durante o processo de transcrição das entrevistas para a análise dos dados, tive problemas de funcionamento com meu celular e os arquivos de áudio com as entrevistas foram corrompidos. Por conta disso, não me foi possível transcrever as entrevistas na íntegra, nem tampouco analisá-las em sua totalidade. Os trechos aqui apresentados foram recuperados em parte dos arquivos originais e são apresentados em uma transcrição única, por se tratar de um fluxo contínuo de conversa na entrevista. Em outras palavras, se fossem feitos recortes, nesses breves trechos, algumas importantes informações para análise poderiam ser perdidas. Por conseguinte, a análise dos dados, apresentada a seguir, está, de certo modo, com limites comprometidos em função dos acidentes ocorridos durante o

processo. Desse modo, vale destacar que, devido às contingências citadas, não foi possível realizar ou apresentar uma interpretação mais ampla ou detalhada. Todavia, com os poucos trechos recuperados, ainda é possível apontar caminhos para reflexões sobre a temática base do presente trabalho.

### 3. ANÁLISE DE DADOS

A escolha do primeiro sujeito de pesquisa se deu por ligações pessoais. Por conhecer a história de vida da senhora Marisa.<sup>9</sup>, de 63 anos, moradora da localidade de Praia Seca, distrito de Araruama/RJ, compreendi que ela seria uma boa interlocutora para iniciar as entrevistas. Já o senhor Nicanor, de 82 anos, também morador da localidade de Praia Seca, cidade de Araruama/RJ, foi indicado e contatado pela senhora Marisa, por ser uma pessoa que ainda está envolvido com a atividade salineira. Ainda estava programada mais uma entrevista com um ex-salineiro, morador da localidade de Figueira, distrito de Arraial do Cabo/RJ. Por conta de incompatibilidade de agendas essa entrevista não pode ser realizada.

Conforme já citado, com cada sujeito de pesquisa foi realizada, apenas, uma entrevista. Os entrevistados são pessoas que dedicaram parte de suas vidas para o trabalho com as salinas. A senhora Marisa começou a trabalhar nas salinas em função de seu casamento. Seu esposo já era um salineiro, ela constituiu sua família e criou seus filhos e netos com o trabalho nas salinas. Já o senhor Nicanor é proprietário de algumas salinas (algumas desativadas e uma pronta para o funcionamento) e uma moagem de sal. Também criou seus filhos e netos com o trabalho na salinas. Apesar de ainda trabalhar com o sal, senhor Nicanor transformou essa atividade em um passatempo.

#### 3.1 - Era pesado sim, mas na época era bom.

01	<b>Marisa:</b> eu vim com 15 anos pra cá
02	<b>Flávia:</b> a senhora veio pra cá com 15 anos
03	<b>Marisa:</b> com 15 pra 16 anos, aí fiquei um tempo aqui, trabalhei em casa de família
04	aquela coisa toda.
05	<b>Flávia:</b> hum.
06	<b>Marisa:</b> (...) Uns 5 anos depois que eu me casei é que eu vim morar nessa casa aqui,
07	que eu me casei com meu marido que trabalhava como contratante dessa salina onde

<sup>9</sup>Por questões de ética de pesquisa, os nomes dos sujeitos de pesquisa foram alterados. Os sujeitos de pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo é apresentado no anexo III, para participarem da pesquisa.

08	a gente mora na propriedade hoje. (...) Mas eu me casei e fui direto trabalhar na salina
09	com ele.
10	<b><u>Flávia</u></b> : então por volta dos 20 anos a senhora foi...
11	<b><u>Marisa</u></b> : eu me casei com 21, foi 5 anos depois que eu tava aqui, 5 pra 6 anos depois,
12	casei com 20 anos com 22 anos tive M. que tá com 42 anos.
13	<b><u>Flávia</u></b> : (risos) o tempo passa rápido.
14	<b><u>Marisa</u></b> : exatamente, com 22, 22, 23/24 com 24 anos tive M. que tá com 40 anos. Os
15	meninos foram criados na salina todos dois, de pequenininhos eles puxavam sal,
16	tiravam sal, eu também junto lá puxando sal trabalho duro, de sol a sol... De sol a sol
17	eu trabalhava. 4 horas da tarde 3 horas tava todo mundo saindo puxando sal, era bom
18	eu gostava, mas não era um trabalho que a gente não gostava de fazer mas era um
19	trabalho pesado.
20	<b><u>Flávia</u></b> : era puxado.
21	<b><u>Marisa</u></b> : muito puxado, era pesado demais, não era qualquer mulher que conseguia
22	trabalhar. E tinham os empregados de salina que buscavam os funcionários...
23	<b><u>Flávia</u></b> : Tinha muita gente de fora?
24	<b><u>Marisa</u></b> : Ah, tinha... Porque a salina é grande, tinha...eram 4 contratantes na época:
25	era meu marido, A., tem mais o Z. que ainda tá vivo ainda e M. também que tá vivo
26	ainda, que eram os 4 contratantes da época . E (...) foi assim com o tempo a gente foi
27	vivendo da salina era bom porque dava dinheiro
28	<b><u>Flávia</u></b> : naquela época dava dinheiro?
29	<b><u>Marisa</u></b> : Dava dinheiro, cada um tinha seus carros. Não tinha luz em Praia Seca
30	naquela época em que eu me casei a gente tinha aquele motor... de gerador, a gente
31	vivia bem mas aí começou a salina falindo, começou a falir, começou a dificuldade.
32	(...)
33	<b><u>Marisa</u></b> : [o trabalho era] pesado demais... dali você é conduzido com os carrinhos de
34	mão e levado pra dentro do armazém, ou pra cima do aterrado, então, você tem
35	despesa de limpar a salina, despesa de fazer calha, os nomes que se dá, o marnel
36	que armazena as águas, cabeceiras que onde fica as águas pra poder evaporar, ter
37	a evaporação, vento, sol, também se não tiver vento e sol não tem sal, tempo chuvoso
38	a pessoa passa , tinha ano que nem fazia sal, quando chovia muito.
39	<b><u>Flávia</u></b> : Mas nessa época, tá boa?
40	<b><u>Marisa</u></b> : Mas tem época que faz e tem época que não faz, essa época tá boa a
41	evaporação da água, tá maravilhosa, dá muito sal, sabe. Tinha época que a gente
42	colhia em cada passeio, como eu vinha falando pra você, cada corredor da salina,
43	recolhia ali 60 carrinhos de sal, carrinho com 100 kg cada. Tinha as cabeceiras, tinha...

44	Cada linha de salina tinha 7 quadros, cada quadrinho daquele a gente puxava e
45	jogava pra cima e era conduzido com carrinho de mão, enchia com a pá, colocava no
46	carrinho pegava chegava lá ou no aterrado ou no armazém, se o armazém tivesse
47	muito cheio colocava no aterrado, detalhe era aquelas pranchas altas no armazém
48	fazia aqueles corredor de prancha, aquela com madeira
49	<b>Flávia:</b> Tipo tabua de obra mesmo?
50	<b>Marisa:</b> Mas não é não, aqueles pranchões grandões grossos, muito grossos, sabe
51	dessa largura assim (e fez movimento com as mãos) aí bota aqueles cepos e vai
52	alteando as pranchas e fica da altura daquela parede assim, 3 metros de altura,
53	entendeu, aí você tem que passar, perigosíssimo, que tem que passar, eu passei
54	muitas vezes, muitas vezes eu passei. Você dava um impulso na beira da prancha
55	assim e subia não aguentando e indo, indo, aí chegava lá em cima, você virava o
56	carrinho. E, quando tava quase cheio, os armazéns, isso quando tinha sal...., cada
57	armazém cabia sim umas 250 toneladas, aí era muito sal que vendia. Aí foi
58	diminuindo, diminuindo. A gente foi se afastando da salina e gasto com empregado
59	que tinha que pagar e saía do bolso do contratante, de que tava cuidando da salina,
60	aí não tinha aquela despesa, aquela e você só ia conseguir ver esse dinheiro, as
61	vezes, no ano seguinte. Então, esse ano, você passaria impensado. Não tinha da
62	onde se valer, da onde tirar e foi por isso que os meninos foram se afastando, largando
63	a salina e largaram mesmo. E tem alguns que ainda trabalham, outros não...
64	<b>Flávia:</b> Então, a salina pra cá pra Praia Seca virou uma segunda atividade, o pessoal
65	tem um emprego e trabalha na salina como um extra?
66	<b>Marisa:</b> No caso, N. ainda tem os funcionários dele todos, a salina ainda tá na ativa...
67	Ainda trabalha na moagem, ainda funciona... Mas eu não sei se vai muito tempo não
68	as coisas estão difíceis. (...). Naquela época, o pessoal era muito rico nas salinas A.,
69	N., A. A. quando ainda era vivo, tinha R., H., tinha um montão de gente, uma porção
70	de salineiros, quando meu marido trabalhava, era linda a salina, desde daquele
71	loteamento que fizeram lá o Claudia né, vinha direto cá pra cima, a entrada de Praia
72	Seca era quase toda de salina, e quem começou a montar as salina aqui foram os
73	portugueses, que vieram, aí começaram a aterrar, aqui era de seu C., agora tá na
74	mão dos filhos dele que moram em Niterói, tem loja em Niterói, a vida deles é em
75	Niterói, como que vai tocar isso aqui?
76	<b>Flávia:</b> A senhora acha que foi mesmo a questão de não ter pra quem vender e o
77	trabalho ser muito pesado que diminuiu o interesse na salina?
78	<b>Marisa:</b> É, é as pessoas vai tentando outro meio de vida mais fácil de viver mais leve.
79	Eu mesmo sou uma pessoa que acho que a situação que eu me encontro hoje...



80	<b>Flávia:</b> Os problemas de saúde?
81	<b>Marisa:</b> Os problemas de saúde, coluna toda ferrada, estou aqui com o joelho
82	desgastado eu acho que é de tanto desgaste da salina de tanto que eu trabalhei na
83	salina, eu e meu marido, é sim... E as mulheres aqui em Praia Seca gostavam de
84	trabalhar nas salinas, todas elas.
85	<b>Flávia:</b> A senhora acha que elas gostavam de trabalhar por quê? Tinha algum motivo?
86	Porque a senhora falou q era um trabalho pesado. Ou era pra vigiar?
87	<b>Marisa:</b> Não, era porque gostavam de trabalhar mesmo. Não tinha esse negócio. Era
88	pesado sim, mas na época era bom.
89	<b>Flávia:</b> Recompensava?
90	<b>Marisa:</b> Exatamente, na época de sal era bom, eu gostava de trabalhar. Meu marido
91	até quando morreu tinha salina ainda, a salina ficou na mão do meu filho M.
92	<b>Flávia:</b> A senhora acha se tenta resgatar, nem que seja um pouco da história da
93	salinas seria uma boa?
94	<b>Marisa:</b> Seria uma boa sim, pro Turismo, pra visita, agora, pra trabalhar e ganhar
95	dinheiro, não.
96	<b>Flávia:</b> Não dá mais?
97	<b>Marisa:</b> Não, porque os funcionários, aqui dentro de Praia Seca, não tem ninguém
98	pra trabalhar você tem que buscar fora nas roças, tipo São Vicente, Água Branca,
99	Bicuíba, tem que procurar fora os funcionários e não tem ninguém pra trabalhar. Você
100	não encontra ninguém pra trabalhar, sabe...é muito difícil de encontrar porque o
101	serviço é pesado e o pessoal corre. Você chega lá na salina com aquela água quente
102	você tem que calçar bota, ninguém quer calçar bota é muito difícil, eu acho que só pra
103	um Turismo conforme você está falando pra se manter e pra poder a pessoa ganhar
104	dinheiro, hum hum, de jeito nenhum. Eu acho que não vai mais pra frente não. Eu não
105	acho. (...)
106	<b>Flávia:</b> E se a gente propusesse de associar a salina com a atividade do turismo?
107	Onde o salineiro pudesse mostrar como é a forma de fabricação do sal, de como ele
108	faz. A senhora acha que seria interessante?
109	<b>Marisa:</b> Seria interessante, mas quem vai querer se envolver nisso? Quem? Teve
110	uma época que até M. andou envolvido junto com os salineiros aqui, com aquele
111	padre/frei A. que era padre em Araruama andou envolvido aqui, querendo fazer uma
112	cooperativa e não conseguiu... Hoje, eles fazem trabalhos mostrando como era o
113	sal antigamente, como era colhido, fazem trabalho de escola... Pra se manter, pra
114	ganhar dinheiro, não.
115	<b>Flávia:</b> O pessoal é desunido?

116	<b>Marisa:</b> Eu acho que é. Porque se montasse uma cooperativa conforme te falei,
117	tivesse pra quem... Tem as duas moagens, eram 3, tem a de A. A. que acabou, e
118	essas duas aqui, 2 moagens eram 4 alias tinha a Dimasal, A. A., N. e R. 4 moagens
119	em Praia Seca. Se os salineiros se unissem e fizessem a cooperativa assim, acredito
120	que dava certo, mas acho também que o governo não colabora, não libera verba pra
121	isso.
122	(...)
123	<b>Marisa:</b> Eles começaram a fazer muito loteamento, mas, agora, proibiram, os
124	loteamentos não estão sendo feitos mais.
125	<b>Flávia:</b> A senhora sabe por que foi proibido?
126	<b>Marisa:</b> Pra não acabar a historia da salina. Para não acabar o inicio das salinas.
127	Quer ver, teve o Beach Park que era salina, teve o Claudia que era salina, vários
128	loteamentos que eram salinas, agora o governo deixa acabar a salina, acaba, seca,
129	mas loteamento não faz. Você pode fazer condomínio sim, mas não na área de salina.
130	No caso isso aqui foi vendido, vai ter loteamento aqui, não sei quando, mas vai ter um
131	condomínio aqui. Mas não na área da salina, o dono daqui pode até vender e fazer
132	loteamento do terreno, mas não na área da salina. Esse é o decreto que fizeram.
133	
134	
135	
136	

A senhora Marisa era esposa de uns dos contratantes da salina em que trabalhava. Já no início da entrevista, quando ela afirma "(...) *Mas eu me casei e fui direto trabalhar na salina com ele*" (linhas 08-09) e "*Os meninos foram criados na salina todos dois*" (linhas 14 – 15), podemos perceber como o trabalho nas salinas está costurado na vida, na história e na constituição da família da senhora Marisa. Em outras palavras, nas palavras da senhora Marisa, como Dutra (2013) aponta, vemos que a tradição do trabalho salineiro é parte estruturante da história de muitas famílias da região da Costa do Sol e da rotina e tradição dessas famílias. Mais do que isso, essa história pode ser parte de um trabalho de valorização e conscientização dessas tradições e culturas, com vistas à proposição de um projeto de TBC.

Outro importante diálogo com Dutra (2013), que cita o trabalho nas salinas como a "época do ouro branco" (*op. cit.*, p. 75), ocorre quando Marisa. Cita que o trabalho nas salinas "*Dava dinheiro, cada um tinha seus carros*" (linha 29) e "*Naquela época, o pessoal era muito rico nas salinas A., N., A. A. quando ainda era vivo, tinha R., H., tinha um montão de gente, uma porção de salineiros quando meu marido trabalhava, era linda a salina*" (linhas 69-71). Ou seja, apesar de ser reconhecidamente um trabalho penoso, viveu-se uma época de muita

fatura isso no trabalho salineiro. Além disso, podemos perceber aqui um pouco da história da comunidade, a relação do patrimônio cultural material e imaterial (*era linda a salina*) com os salineiros, assim como as relações econômicas estabelecidas entre o sal e seus salineiros.

Assim como proposto por Dutra (2013), a época da fatura no trabalho salineiro teve um fim, segundo a senhora Marisa, *“Aí foi diminuindo, diminuindo. A gente foi se afastando da salina e gasto com empregado, que tinha que pagar e saia do bolso do contratante, de quetava cuidando da salina, aí não tinha aquela despesa, aquela e você só ia conseguir ver esse dinheiro, às vezes, no ano seguinte. Então, esse ano você passaria imprensado. Não tinha da onde se valer, da onde tirar e foi por isso que os meninos foram se afastando, largando a salina e largaram mesmo. E tem alguns que ainda trabalham, outros, não”*.

Esse desinteresse pela atividade levou os descendentes da senhora Marisa procurassem outra forma de ganhar a vida mais leve como ela mesma diz *“É, é as pessoas vai tentando outro meio de vida mais fácil de viver mais leve”*. Ela ainda associa os seus problemas de saúde ao seu trabalho nas salinas *“Os problemas de saúde, coluna toda ferrada, estou aqui com o joelho desgastado eu acho que é de tanto desgaste da salina de tanto que eu trabalhei na salina, eu e meu marido, é sim”*. Essas falas da senhora Marisa encontram eco nos textos de Dutra (2013) e Pereira (2010b). Segundo Dutra (2013, p. 79-80), com

a chegada da Companhia Nacional de Álcalis, projetada em 1943 e definitivamente instalada só em 1960, em Arraial do Cabo, [houve] (...) uma mudança profunda na cultura local. Todas as famílias (...) abordaram o tema, utilizando termos como ‘melhoria de vida’, ‘melhores salários’, ‘qualificação profissional’, ‘imigração’, ‘morar na cidade’, ‘busca do futuro’, ‘sonho’, e ‘qualidade de vida’. Por outro lado, também [ouve-se] (...) termos como ‘dificuldade de adaptação’, ‘menos liberdade’ e ‘saudade’.

Essa passagem de Dutra conversa muito bem com a dualidade proposta em inúmeros momentos da entrevista com a senhora Marisa, na qual encontramos um saudosismo referente ao modo de vida na tradição salineira convivendo com o reconhecimento da dureza e austeridade no dia a dia da comunidade. Nesse sentido, os processos de modernização e industrialização de Arraial do Cabo e cidades vizinhas confirmam esse paradoxo entre uma cultura mais tradicional e as mudanças histórico-culturais ocorridas nessas comunidades. Percebe-se, portanto, uma vez mais a micro história (ou o local) da tradição dos trabalhos salineiros costurada na macro história (ou aspecto global), por exemplo, do movimento desenvolvimentista brasileiro (PEREIRA, 2010b), onde são encontrados choques culturais entre diferentes grupos sociais. Esse breve exemplo da interseção da micro e da macro história, assim como outros não citados aqui, é elemento estruturante do patrimônio material e imaterial local, que poderia ser uma das linhas de um projeto de TBC.

Ainda sobre a tradição salineira, em muitos momentos, a senhora Marisa descreve, com alguma riqueza de detalhes, como o trabalho nas salinas era prazeroso, era bom, que gostava do serviço, mas que, no entanto, era um serviço pesado, puxado. É possível compreender essa ideia em trechos como: *“De sol a sol eu trabalhava. 4 horas da tarde, 3 horas tava todo mundo saindo puxando sal era bom eu gostava, mas não era um trabalho que a gente não gostava de fazer, mas era um trabalho pesado”* (linhas 16-19) e *“Pesado demais... dali você é conduzido com os carrinhos de mão e levado pra dentro do armazém, ou pra cima do aterrado, então, você tem despesa de limpar a salina, despesa de fazer calha, os nomes que se dá, o marnel que armazena as águas, cabeceiras que onde fica as águas pra poder evaporar, ter a evaporação, vento, sol, também se não tiver vento e sol não tem sal, tempo chuvoso, a pessoa passa, tinha ano que nem fazia sal, quando chovia muito”*(...) (linhas 33-38).

Nessas passagens, Marisa não somente destaca a dureza do trabalho salineiro, como também cita algumas das práticas realizadas nessa atividade, como o “uso dos carrinhos de mão”, levar o sal “para o aterrado”, a “limpeza das salinas”, o “fazer a calha”, o uso do “marnel” e das “cabeceiras”, a influência do vento e do sol, somente para citar alguns. Esses aspectos citados por Marisa também seriam importantes elementos a serem recuperados, trabalhados e valorizados em uma proposta de TBC, como práticas tradicionais do trabalho salineiro.

Ainda no que diz respeito a tradição salineira, importantes relações sociais também devem ser citadas e lembradas como partes de um projeto de TBC. Dutra (2013, p. 141) cita o papel da mulher salineira como a “dona de casa, mãe e esposa”, que, na época da safra de sal, em que o marido saía cedo para as eiras de sal, “a mulher assumia todo o trabalho da casa” (*op. cit.*, p.145). Dutra (*op. cit.*, p. 142) chega a citar o caso de uma mulher – D. Oraci Paulino, que “veste uma bota de borracha e ajuda o marido, (...), na tarefa de puxar sal com um rodo”. Contudo, o autor, em seu livro, localiza a mulher mais dentro do trabalho doméstico, como propõem em “a mulher ocupava sua função dentro de uma sociedade que alterou pouco as regras até dos dias atuais” (*op. cit.*, p. 141).

A senhora Marisa, contudo, nos apresenta um papel diferenciado exercido pela mulher, na comunidade salineira. Ela mesma diz que puxava sal, mas enfatiza que *“não era qualquer mulher que conseguia trabalhar”* (linhas 21 e 22) e que *“as mulheres aqui em Praia Seca gostavam de trabalhar nas salinas, todas elas”* (linhas 84 e 85). Ou seja, uma vez mais, pode-se ver certa dualidade de interpretações e práticas, pois, do mesmo modo em que há oscilação de valores sobre o trabalho nas salinas, o trabalho da mulher, mais especificamente na cultura salineira, ora também é desestimulado – pela compreensão da comunidade de que o lugar da mulher seria nas tarefas domésticas – ora é estimulado, por algumas mulheres que atuam ajudando seus maridos. Ainda que essa atuação seja vista como um apoio ao marido, essa oscilação e dualidade também podem ser consideradas relevantes aspectos a serem

trabalhados no patrimônio imaterial local, porque dizem respeito às relações sociais e identitárias de gênero estabelecidas na comunidade do Caminho do Sal. Como as relações de gênero não são o foco do presente estudo, proponho-me, apenas, a citar esta reflexão, mas, destacando-a como relevante elemento do patrimônio cultural local a ser estudado e analisado em outros projetos.

Quando perguntei à senhora Marisa se resgatar um pouco da história das salinas seria uma boa opção, neste momento, ela afirma que *“seria uma boa sim, pro Turismo, pra visita, agora, pra trabalhar e ganhar dinheiro, não”* (linhas 95-96). Todavia, quando desenvolvo melhor a ideia de associar o patrimônio imaterial das salinas com a atividade do turismo, na qual o salineiro pudesse mostrar como é a forma de fabricação do sal, como ele faz e quais as rotinas de trabalho, a entrevistada cita entraves que podem dificultar essa proposta, firmando que *“seria interessante, mas quem vai querer se envolver nisso? Quem? Teve uma época que até M. andou envolvido junto com os salineiros aqui, com aquele padre/frei A. que era padre em Araruama andou envolvido aqui, querendo fazer uma cooperativa e não conseguiu... hoje eles fazem trabalhinhos mostrando como era o sal antigamente, como era colhido, fazem trabalho de escola... pra se manter pra ganhar dinheiro, não”* (linhas 110-115).

Outro dualismo é aqui proposto pela entrevistada, pois, inicialmente, ela sugere que a história e a cultura das salinas poderiam ser interessantes para atividades de turismo, posteriormente, contudo, ela informa que o trabalho nas salinas *“pra se manter e ganhar dinheiro, não”* seria interessante. Diante dessas falas, fica a ideia de que tanto a atuação direta nas salinas quanto as memórias dos seus trabalhos não são atividades valorizadas hoje em dia como modo de *“ganhar dinheiro”*. É contraditório porque parece haver na fala de Marisa um desejo de que essas memórias não sejam perdidas (linhas 95 e 96), porém, a associação dessas memórias a atividades de turismo que pudessem gerar uma renda e uma economia sustentável para a comunidade não são vistas como possíveis (linhas 110-115). Uma das possíveis justificativas para tal, segundo a senhora Marisa, seria a falta de união dos salineiros que também atrapalharia possíveis planos futuros, além da falta de incentivos governamentais, como quando ela afirma que *“se os salineiros se unissem e fizessem a cooperativa assim acredito que dava certo, mas acho também que o governo não colabora, não libera verba pra isso”* (linhas 120-122).

Diante das falas destacadas, a senhora Marisa, em vários momentos, nos indica que o trabalho nas salinas era algo gratificante e puxado. Porém, ela não tem esperanças de ver as salinas recuperadas, a ponto de voltarem a ser exploradas e gerarem renda, como foi há muitos anos. A possibilidade da associação desse Patrimônio Cultural Imaterial ao Turismo, inicialmente, seria bem vinda, no entanto, a falta de interesse dos próprios salineiros atrapalharia esse processo. As perguntas que ficam neste momento são: a falta de interesse dos salineiros seria em virtude do desconhecimento das potencialidades associadas a uma

proposta de TBC ou seria em função dos interesses dos turistas que, normalmente, freqüentam a região? Como realizar um projeto de TBC envolvendo o Patrimônio Imaterial do Caminho do Sal, de modo a ser mais uma opção atraente de Turismo local? Não foram possíveis alcançar essas respostas, neste momento, dado aos limites do presente trabalho, assim como algumas contingências ocorridas, citadas na metodologia, mas essas perguntas, certamente, apontam reflexões e encaminhamentos importantes para o presente trabalho.

A seguir, teremos a entrevista com o senhor Nicanor, que é morador de Praia Seca e é proprietário de algumas salinas, mas, atualmente, tem seu interesse nas salinas voltado mais como forma de passatempo.

### 3.2 - Tudo tem um começo, um meio e um fim

01	<b><u>Nicanor</u></b> : O sal, hoje, eu não tô produzindo, então, essa parte aí, eu parto do seguinte
02	princípio: tudo tem um começo, um meio e um fim e as salinas foram o que teve uma
03	duração maior. Se você for tirar em consideração Araruama, região, essa região aqui,
04	canavial teve muitos, durou 20, 30 anos, Sampaio Correa era um canavial só, tinha
05	estrada de ferro, tinha uma usina que funcionava espetacularmente, acabou. O café
06	durou 20 anos 30 anos, a laranja começou em Nova Iguaçu e terminou aqui em
07	Araruama, com o tempo, a industrialização, isso aqui acabou, porque antes tinha mão
08	de obra, o que aconteceu com a laranja? Nossa área é acidentada, muito morro, aí
09	acontece o que? São Paulo, tudo plano, vem a industrialização, as máquinas, acabou
10	a mão de obra, quando chama o pessoal, limpava na enxada as máquinas, não dá pra
11	trabalhar, aí a laranja acabou. São Paulo tinha preço e aqui não compensava, a laranja
12	durou 40 anos. E assim foram as coisas, veja bem, o sal já tem 120 anos, é o que
13	durou mais e começou em Cabo frio e essa degradação vai continuar acontecendo e
14	eu não vejo retorno.
15	<b><u>Flávia</u></b> : Não vê mais...
16	<b><u>Nicanor</u></b> : Como você, teve várias pessoas que tiveram essa ideia, essa ideia de
17	turismo não existe. Turista não tem aquela empolgação. É bonito ver hoje funcionando,
18	tirar foto e fazer o museu, como São Pedro da Aldeia quis fazer, mas até isso, o museu
19	não funcionou em São Pedro. Se o poder público, nesse caso municipal, estadual,
20	encampar, manter, pode ser, mas não vai ter mão de obra pra manter. Alguém depois
21	pra substituir essa mão de obra, porque as crianças novas, que tão nascendo, eles
22	não vão pra lá colocar o bebedor d'água, que controla a entrada de água, na salina,
23	entrada e saída, vai acabar a mão de obra para o conserto de moinho, não tem, se
24	

25	você pegar até os automóveis antigos, não tem mecânico que conserte e esse fim
26	existe em tudo e as salinas, entendeu?
27	<b>Flávia:</b> Então, o senhor não enxerga uma possibilidade do turismo colaborar pra
28	manter talvez alguma coisa funcionando? Porque, na verdade, a região inteira foi
29	construída ao redor das salinas...
30	<b>Nicanor:</b> Não vejo nada, nada, pelo contrário, (...) aterrava as salinas e você fazia um
31	plano, é lógico que não podia fazer casas e coisa de 2 andares, 3, aí, especificava, e
32	ficava como uma cidade e o turismo, ia aproveitar, aí, sim, o turismo ia aproveitar a
33	área seria isso. Então, ficava uma cidade plana, que não podia fazer grandes
34	estruturas, ai, os técnicos... Nos Estados Unidos, existe muito isso, em Miami, aquelas
35	casa bacana, com um gramado grande, seria um negocio desse tipo (...) com um píer,
36	que dava pra sair do quintal da casa já vai pra água (...) A pessoa vem com sua lancha,
37	vai pra lagoa e volta, seria usado pra esse fim, seria mais viável isso, agora, com o
38	turismo pra ficar as salinas, ali, iiihh, tem salina aí que já ta parada largada, a de Valter,
39	né? As madeiras estão lá ninguém liga, não existe esse turismo, acabou mesmo, eu
40	não vejo esse futuro.
41	<b>Flávia:</b> o senhor fala que o turista que vem pra cá, vem pra usar o local, e se mudasse
42	o perfil desse turista? Se fosse um camarada que tivesse mais a intenção de conhecer
43	de participar, ver como funciona?
44	<b>Nicanor:</b> Não existe, eu não vejo esse interesse, o turista olha muito a história, vê, eu
45	vou te dar um exemplo, pouco vem aqui, vê a fotografia e diz o que é isso aqui? Ai, eu
46	falo "não tão nem..." Esses turistas, seriam os turistas estrangeiros? Não. O turista,
47	que vem do exterior, não pensa nisso. Ele pensa já em outras coisas, o fim disso pra
48	mim é o celular, a tecnologia muito avançada, que todo mundo fica em casa olhando,
49	vendo e se tivesse uma filmagem da época antiga, pra mostrar como é que é, nego
50	fica feliz da vida e não se interessa mais. Eu não vejo com o turismo, eu não vejo. Eu
51	acho que, como turismo, é o turista que vem usar a área de outra forma, é como Praia
52	Seca, ainda tem condições. Essa restinga, que é uma beleza, não deixar acabar aqui,
53	não fazer nada, não fazer uma casa, mantinha a restinga, podia até fazer caminhos,
54	pra todo mundo passear, usar como era a restinga, antigamente, a lagoa, e usava as
55	salinas que já foi, vamos dizer assim, meio ambiente, as salinas já mexeram com o
56	meio ambiente, mudou modificou tudo isso, então, deixava esse meio ambiente de
57	cima intacto e usava as salinas pro turista, ele vinha e usava isso. Seria usado dessa
58	forma. É o que eu penso e se aproveitava o local, vai fazer o que das salinas? Uma
59	salina dessa aqui em frente, essa aqui, não vale nada, e você vai fazer o que nessa
60	

61	salina? Fazer uma casa? Vai ter que aterrar, lotear, vai ter que aterrar, não tem aterro
62	e ninguém pode mexer em aterro e o meio seria isso, sou mais nessa faixa
63	<b><u>Flávia</u></b> : Entendi. Desde quando o senhor começou a trabalhar em salina quantas
64	salinas pararam de funcionar?
65	<b><u>Nicanor</u></b> : Eu vou dizer assim pra você tem umas 30%, funcionando 30%.
66	<b><u>Flávia</u></b> : Ainda tem gente que vive da salina?
67	<b><u>Nicanor</u></b> : Tem. Tem gente que vive de salina. Os que vivem de salinas, ai, não são os
68	proprietários, os proprietários eu não vejo ninguém, são herdeiros, um ou outro, os
69	outros donos desistiram, proprietário mesmo não, não existe ninguém funcionando,
70	vivendo de salinas, isso ai não, bota ai uns 2 ou 3. (...) A gente percebe que todo
71	mundo está muito decepcionado com a situação. É geral essa decepção ai é geral.
72	Não tenha duvida.
73	<b><u>Flávia</u></b> : Você tem os potinhos pra vender da flor do sal. Você vende a quanto, cada
74	potinho desse?
75	<b><u>Nicanor</u></b> : R\$10. Tem de 10, tem de 6 potinho pequeno, e tem de 1kg, esses aí eu fiz
76	de 20. Sai a R\$20 o quilo da flor de sal. De vez em quando, sempre aparece gente aí
77	querendo, teve uns 2 caras que levaram pra mais de 100. Essa história da flor de sal,
78	esse negócio de nota fiscal, tinha que ter computador, tinha que ter internet, e comecei
79	a ver, analisar esse negócio de flor de sal, (...), aí teve um belo dia, vou pegar e vou
80	fazer, fiz um pegador para pegar a flor de sal mais fácil e botar pra vender pra ver o
81	que acontece. Lembra daquela gravação que teve aqui com o Lazaro Ramos? Foi
82	naquela semana que comecei a vender a flor de sal. Faz uns 3 anos isso. E naquele
83	dia eu vendi uma porção, botei aquele preço 10 reais, sabendo que todo mundo tem
84	isso aqui em Praia Seca, e todo mundo vendeu e hoje em dia, todo mundo, na estrada
85	vende mais barato do que eu vendo. O saco de sal que eu vendi por 8 reais, 25kg, é
86	pouco porque ele vai levar 4/5 sacos, mas se for caminhão carregado custa 5 “merreis”
87	não vale a pena e com isso todo mundo na beira da estrada tá vendendo a flor do sal
88	por 5, 6 reais.(...)
89	<b><u>Nicanor</u></b> : Salinas era um trabalho gostoso, você trabalha 6 meses e descansa 6. Onde
90	você vai arrumar trabalho assim. (...) Acho que a transformação ideal pro turismo seria
91	transformar aqui em uma Veneza. Outro detalhe, a lagoa tá acabando, já foi
92	considerada a maior lagoa, laguna hiper salina do mundo, vai acabar conforme vai
93	aumentando a população do entorno, milhões e milhões de água, antes, só tinha a
94	água da chuva, agora, não consegue absorver tudo. Isso prejudica a produção de sal.
95	<b><u>Flavia</u></b> : O senhor já chegou a receber proposta pela área?
96	



97	<b>Nicanor:</b> não, quando alguém chegou aqui com uma insinuação eu disse “não”, mas
98	eu não tenho a intenção de vender, quero ser o ultimo a encerrar aqui.
99	<b>Flávia:</b> No caso da flor de sal, se fizesse como o queijo da canastra de Minas,
100	certificado da região, o senhor não acha que dá pra fazer isso aqui?
101	<b>Nicanor:</b> Olha, acho que não. Não tem esse mercado pra isso não.
102	<b>Flávia:</b> Mas hoje em dia a flor de sal é algo mais gourmet...
103	<b>Nicanor:</b> Tem muita gente ajudando, esse Lair Ribeiro, mas a flor de sal o preço é
104	alto, o que acontece, eu vendo a R\$20 o quilo, o preço dela, nessas casas
105	especializadas, fazem aqueles potinhos de 150g, com a embalagem bonitinha, eles
106	cobram na faixa de R\$30 R\$40... Quase R\$70,00 o kg! Eu tentei vender em grande
107	quantidade, mas não vi procura, desisti. Esses, eu deixo aqui mais como uma
108	brincadeira, pra passar o tempo, tenho um estoque preparado. Eu me distraio
109	limpando a flor de sal, pra deixar clarinha em uma bitola só. Fazer isso que você falou
110	não, dá muito trabalho, fazer a certificação, daqui a pouco bate a fiscalização, tô muito velho pra ficar me chateando com isso.

No início da entrevista, o senhor Nicanor, com bastante ênfase, nos apresenta seu entendimento sobre o porquê do declínio da atividade salineira na região *“O sal, hoje, eu não tô produzindo, então essa parte aí, eu parto do seguinte principio: tudo tem um começo, um meio e um fim e as salinas foram o que teve uma duração maior”* (linha 1-3). Dialogando com Dutra (2013), ele nos apresenta uma contextualização de ciclos econômicos de diferentes momentos da história do Brasil, como ciclo do café, da laranja, do açúcar e, finalmente, do sal. O entrevistado cita a industrialização (nesse caso, como mecanização) da lavoura da laranja como um dos fatores que levou à decadência deste ciclo econômico para a região. Dutra (*op. cit.*, p. 75) também menciona esse mesmo fator como um dos motivos para o declínio do ciclo do sal na nossa região, ao propor que *“meu avô chegou a ficar rico, mas aí chegou o sal do Rio Grande do Norte, onde tudo é mecanizado. Essa época passou.”* Conforme já apontado na análise da entrevista da senhora Marisa, a industrialização, de modo geral, com suas “modernidades” e “mecanizações”, foi um elemento preponderante para o declínio da tradição do trabalho salineiro na região (PEREIRA, 2010b).

Nas linhas 16 e 17, quando o entrevistado fala “como você, teve várias pessoas que tiveram essa ideia, essa ideia de turismo não existe”, ele já sinaliza que a possibilidade de associação do turismo com as salinas já foi algo pensado por outras pessoas e que não deu certo. Desse modo, com uma visão muito pessimista sobre as potencialidades e oportunidades que as atividades de turismo poderiam trazer para a região, o senhor Nicanor aponta que mesmo se houvesse tais possibilidades e propostas, não haveria mão de obra para a manutenção dos equipamentos utilizados nas salinas.

E mesmo quando aponto o turismo como um elemento colaborador na preservação do Patrimônio Cultural envolvido na atividade salineira, por conta da sua importância histórica e cultural para a região, o senhor Nicanor é enfático ao dizer “*Não vejo nada, nada, pelo contrário*” (linha 29). Dutra (2013, p.62), citando Christovão, faz um diálogo importante com esse posicionamento do senhor Nicanor, quando nos mostra que o sol se sobrepôs ao sal, onde o Turismo, em seu lado mais predatório e sem planejamento, passou a almejar as áreas, onde a atividade salineira era exercida por serem a beira mar e da lagoa. Mais do que isso, segundo Christovão (2005 *apud* Dutra, 2013), turismo e trabalho nas salinas seriam duas atividades incompatíveis. Vale lembrar aqui que, se no final da análise da entrevista com a senhora Marisa, ficou a pergunta sobre os interesses dos turistas que, normalmente, frequentam a região, nesta entrevista, o senhor Nicanor, em diálogo com Christovão (2005 *apud* Dutra, 2013), apontam um caminho para a resposta. Por outro lado, as atividades de turismo que eu vislumbrava propor seriam atividades diferentes daquelas realizadas no que é conhecido como turismo predatório, na região. E, tal qual aconteceu na entrevista com a senhora Marisa, em diferentes momentos da entrevista com o senhor Nicanor, insisti nessa possibilidade.

Em contrapartida, dentro do seu pensamento de como seria uma boa proposta de turismo para a região, o senhor Nicanor propõe modelos de exploração turística nos moldes de cidades cosmopolitas que são totalmente díspares da realidade que é encontrada na nossa região. Seja nas linhas 34 a 37, quando ele afirma que “*existe muito isso, em Miami, aquelas casa bacana, com um gramado grande, seria um negócio desse tipo (...) com um píer, que dava pra sair do quintal da casa já vai pra água (...) A pessoa vem com sua lancha, vai pra lagoa e volta, seria usado pra esse fim, seria mais viável isso*” seja, nas linhas 90-91, quando ele diz “*acho que a transformação ideal pro turismo seria transformar aqui em uma Veneza*”, vemos um modelo de vida, de cidade e de urbanização europeu ou norte americano, como sendo, para ele, o ideal para atividades de turismo locais.

Ou seja, o senhor Nicanor não vê a possibilidade de elaboração de um projeto de TBC com base no Patrimônio Cultural Imaterial da Região. Neste momento, pelas suas falas, temos indicativos de que talvez nem ele reconhecesse o valor desse patrimônio cultural imaterial na região e que seu interesse estaria mais voltado para responder a questões de um mundo globalizado e capitalista. Essa interpretação pode ser ratificada, nas linhas 37-39, quando ele afirma “*agora, com o turismo pra ficar as salinas, ali, iiihh, tem salina aí que já ta parada largada, a de V., né? As madeiras estão lá ninguém liga, não existe esse turismo, acabou mesmo, eu não vejo esse futuro*”.

Quando tento apresentar uma possibilidade da mudança de perfil do turista que frequenta a região, para um turista mais consciente e mais participativo e que se interessasse pelo modo de viver da localidade que visita, o senhor Nicanor pontua que “*Não existe, eu não*

*vejo esse interesse, o turista olha muito a história. (...) Esses turistas, seriam os turistas estrangeiros? Não. O turista, que vem do exterior, não pensa nisso. Ele pensa já em outras coisas”* (linhas 43-36), senhor Nicanor continua irredutível em sua visão. De um modo um tanto contraditório, ele demonstra uma preocupação com a preservação do ambiente e comenta como a construção das salinas impactou e modificou o ambiente *“Eu acho que, como turismo, é o turista que vem usar a área de outra forma, é como Praia Seca, ainda tem condições. Essa restinga, que é uma beleza, não deixar acabar aqui, não fazer nada, não fazer uma casa, mantinha a restinga, podia até fazer caminhos, pra todo mundo passear, usar como era a restinga, antigamente, a lagoa, e usava as salinas que já foi, vamos dizer assim, meio ambiente, as salinas já mexeram com o meio ambiente, mudou modificou tudo isso, então, deixava esse meio ambiente de cima intacto e usava as salinas pro turista, ele vinha e usava isso. Seria usado dessa forma”* (linhas 50-57).

É curioso perceber que ele se refere às salinas, como “tendo sido antigamente” meio ambiente e que hoje não mais seria. Não fica muito explicado o que o senhor Nicanor quis dizer por “meio ambiente”, mas imagino que ele quisesse se referir a um ambiente menos impactado pela ação humana ou até sem a interferência humana. Todavia, essa preocupação soa um pouco contraditória, porque pela maneira como o senhor Nicanor encaminha sua fala, a sugestão que ele faz em “[a salina] *Seria usado dessa forma*” parece significar a adaptação dos espaços físicos das salinas para receber o turismo predatório – como proposto ao citar a possibilidade de transformar a região em Miami ou Veneza. Vale destacar que nesse uso do espaço físico, não é citado nada sobre a cultura, sobre a tradição de trabalho salineiro ou sobre o que entendo como Patrimônio Cultural Imaterial dos salineiros. Exemplo disso são as linhas 57-59, quando ele afirma *“aquelas casa bacana, com um gramado grande, seria um negocio desse tipo (...) com um píer, que dava pra sair do quintal da casa já vai pra água (...) a pessoa vem com sua lancha, vai pra lagoa e volta”*. Não posso deixar de notar que, nesse quadro pintado pelo senhor Nicanor, tanto o morador da região (com sua casa, com gramado grande e um píer), como o turista (com sua lancha) são de alto poder aquisitivo. Sendo que a realidade vivenciada pelos moradores de grande parte da região da Costa do Sol não condiz com essa descrição, nem tampouco seriam assim os turistas que aqui chegam. E, além disso, até a visão que o senhor Nicanor teria, pelo menos de Veneza, também seria um tanto superficial ou equivocada, porque essa cidade também utiliza de sua riqueza cultural e histórica, para além do uso de suas águas e potencialidades fluviais como recursos que incentivam as atividades turísticas.

É importante dizer também que parece existir um sentimento de decepção em relação ao não funcionamento das salinas, na atualidade, e o senhor Nicanor expõe isso em sua fala, quando pergunto se ainda existem pessoas que vivem das salinas *“Tem gente que vive de salina. Os que vivem de salinas, ai, não são os proprietários, os proprietários eu não vejo*

*ninguém, são herdeiros, um ou outro, os outros donos desistiram, proprietário mesmo não, não existe ninguém funcionando, vivendo de salinas, isso ai não, bota ai uns 2 ou 3. (...) A gente percebe que todo mundo está muito decepcionado com a situação. É geral essa decepção ai é geral. Não tenha duvida*". Quando o senhor Nicanor lamenta a ausência de proprietários, é possível dizer que ele lamenta a ameaça à sua própria condição social, porque ele é proprietário de salinas. Faço essa observação porque ele cita que existem "herdeiros", mas não "proprietários", e que houve muita "desistência".

Por outro lado, em nenhum momento, o senhor Nicanor cita as rotinas de trabalho nas salinas como a senhora Marisa fez em sua entrevista. Em outras palavras, o que entendo por Patrimônio Cultural Imaterial do Caminho do Sal, que poderia ser utilizado em uma proposta de TBC, não é citado na entrevista com o senhor Nicanor, salvo no final quando ele fala da flor do Sal. Todavia, mesmo neste momento, ele ainda se mostra pessimista e com um olhar extremamente marcado pelo mercado e pelo capital. Ele cita, inclusive, alguns entraves para oficialização do seu comércio, sugerindo poder haver alguma preferência pela informalidade (linhas 76-78). É preciso lembrar que o senhor Nicanor fala de outro lugar – do lugar de proprietário de salina. Sua perspectiva é outra, sobre as salinas, sobre o trabalho do salineiro e sobre a cultura do sal. É bem verdade que tive a chance de fazer apenas uma entrevista com senhor Nicanor. Talvez, havendo outras oportunidades, maiores reflexões sobre suas visões seriam alcançadas. Todavia, é preciso registrar que, nesta entrevista, sua visão sobre as atividades de turismo envolvendo o trabalho salineiro se constrói em cima de outra perspectiva, que não a do Patrimônio Cultural Imaterial.

Assim como a senhora Marisa e Dutra (2013), o senhor Nicanor reafirma que as *"salinas era um trabalho gostoso, você trabalha 6 meses e descansa 6. Onde você vai arrumar trabalho assim?"*. E quando questionado se pretende vender suas salinas, o senhor N. diz que *"não, quando alguém chegou aqui com uma insinuação eu disse "não", mas eu não tenho a intenção de vender, quero ser o ultimo a encerrar aqui"*. Essas afirmações representam a ligação saudosa do ser salineiro com a realidade. Consciente de que as salinas não geram mais renda como foi no passado, o senhor Nicanor, apesar de todas as dificuldades e entraves já descritos aqui, tem a intenção de ser o último a encerrar. Resta saber se essa intenção é motivada pela manutenção do patrimônio histórico cultural ou pela possibilidade de uso da região para algum fim lucrativo. Não foi possível alcançar essa resposta com apenas uma entrevista. Porém, acredito que seja de um modo, seja de outro, talvez a cultura salineira não precisasse encerrar. A intenção principal deste trabalho é que as salinas do Caminho do Sal sejam preservadas, pois, em uma região que cresceu e prosperou tendo o sal como riqueza, faz-se necessário preservar os elementos que contribuíram para isso.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo, avaliar como uma proposta de Turismo de Base Comunitária poderia colaborar na salvaguarda no patrimônio cultural da comunidade salineira do Caminho do Sal. Pretendeu-se também, entre outros objetivos, refletir sobre como o (re)conhecimento patrimonial do Caminho do Sal pode colaborar na conscientização e valorização da história dessa comunidade salineira.

Buscando compreender como se deu o histórico da atividade salineira e o desenvolvimento do turismo na região da Costa do Sol, eu realizei um breve levantamento sobre os temas e como eles se relacionaram e contribuíram para o crescimento da região. Tanto a atividade salineira quanto o turismo impactaram profundamente a região, que digamos, foi construída e moldada por esses fenômenos sociais e econômicos.

O instrumento utilizado para atingir o principal objetivo deste trabalho foram as entrevistas, que gosto de citar como conversas, com a senhora Marisa e o senhor Nicanor. A metodologia da História Oral foi de fundamental importância para a compreensão dos detalhes apresentados por nossos sujeitos de pesquisa. No entanto, devo confessar que fiquei um tanto desapontada com o pessimismo que os sujeitos de pesquisa apresentaram quando foram indagados sobre a possibilidade de associação do turismo com a preservação das salinas e de suas tradições. Ao tentar apresentar a ideia da implantação do TBC como proposta para tal, chegou a ser desconcertante a reação dos entrevistados.

Isso porque, apesar de ser basicamente procurada para um turismo de sol e praia, a região da Costa do Sol, onde fica localizado o Caminho do Sal, apresenta grande potencial para a implantação do TBC. Podemos observar exemplos disso na Prainha do Canto Verde (CE) e na Vila do Aventureiro (RJ), onde estão sendo desenvolvidas as atividades de TBC, ainda que estejam localizadas bem próximas a grandes destinos de turismo de massa. Todavia, essas localizações estão obtendo sucesso com propostas de TBC, como citam as autoras Irving e Mendonça (2004) e Mendonça e Moraes (2012).

Conforme cita Coriolano (2006, p.368) “o turismo é simultaneamente ócio e trabalho, produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas a poucos”. Talvez essa afirmação, respalde o pensamento que os entrevistados apresentaram: para quem seria esse turismo? Outra afirmação também de Coriolano (op. cit.) que pode ajudar neste entendimento seria a de que

a riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para sua produção e apreensão, nos conflitos e possibilidades de entendimento desse fenômeno. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes.

Nesse sentido, o turismo como resistências do cotidiano para os habitantes pode colaborar para a preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Caminho do Sal. Bastam derrubar alguns dos entraves apresentados pelos entrevistados como a desunião dos salineiros e a falta de compromisso do poder público. Para tal, a escola como um espaço de educação formal e também formador de opinião pode contribuir para esse entendimento. Através da escola, é possível conscientizar a população da preservação deste patrimônio e o quanto ele é importante para a história de toda a comunidade.

O sentimento de saudosismo em relação ao trabalho nas salinas, tantas vezes mencionado no presente trabalho, reflete no que os sujeitos de pesquisa dizem nas entrevistas analisadas, e acredito que também seja compartilhado por outros salineiros que podem se reconhecer como parte do patrimônio imaterial relacionado às salinas. Exemplo desse saudosismo são os momentos em que a senhora Marisa fala com muito carinho dos elementos que compõem as salinas como o uso do “marnel” e das “cabeceiras”, o “uso dos carrinhos de mão”, levar o sal “para o aterrado”, a “limpeza das salinas”, o “fazer a calha”. São esses elementos que podem colaborar para a formação de um atrativo turístico relacionado às salinas. Esses conhecimentos refletem a importância do que precisa ser preservado.

Cabe ressaltar que análise dos dados ficou comprometida em virtude dos contratempos já descritos anteriormente e que isso também restringiu a possibilidade de obtenção de maiores detalhes sobre o que foi conversado. Contudo, mesmo com esses problemas e apesar dos diferentes pontos de vista dos entrevistados, ainda acredito que, mesmo sendo uma área onde o turismo de massa está consolidado, existe uma possibilidade de um turismo diferenciado, onde a população possa participar ativamente de sua execução. Para que isso ocorra, é necessário que a população compreenda a importância de sua história e dos saberes e fazeres relacionados a sua atividade.

No presente estudo, essas reflexões e potencialidades não foram alcançadas, dentre outros motivos, porque, inclusive, a proposta de um TBC partiu de mim, pesquisadora, e não da comunidade. Talvez os meus entrevistados, nas poucas entrevistas realizadas, não tenham tido oportunidade de compreender o que eu queria dizer com atividades de turismo envolvendo a cultura salineira. Não houve tempo, nem oportunidade para que conversássemos sobre o que poderia ser um Turismo de Base Comunitária e junto com eles pensar essas possibilidades. E talvez, por isso, eu tenha encontrado tanto pessimismo nos entrevistados que me deixou desconcertada. No entanto, volto a dizer, essa proposta é possível. E sigo acreditando que, com outros trabalhos e a continuação da realização de entrevistas com outros salineiros, além do próprio trabalho realizado nas escolas, como citado pela senhora Marisa, possam surgir caminhos para um TBC do Caminho do Sal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arraial do Cabo – O inverno não passa aqui. Blogspot de May. Foto retirada de [http://arraial-do-cabo-sempre-ensolarado.blogspot.com.br/2006\\_10\\_01\\_archive.html](http://arraial-do-cabo-sempre-ensolarado.blogspot.com.br/2006_10_01_archive.html) (Acessado em 30 de dezembro de 2017).

BRASIL, Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira. A gênese do turismo em Cabo Frio ou, de como o Sol se sobrepôs ao Sal. UERJ. 2011

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. Em publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. AmaliaInésGeraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

\_\_\_\_\_. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo. Annablume. 2006

DINIZ, Marco Túlio Mendonça. Condicionantes socioeconômicos e naturais para a produção de sal marinho no Brasil: as particularidades da principal região produtora. UECE. 2013.

DUTRA, Álvaro Lutterback. Salinas – Os modos de viver de um povo. Memória Fluminense – Livros de História e Patrimônio Cultural Local ou Regional. Edição 2011.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Turismo e divisão territorial do trabalho no polo Costa do Sol/RJ. Mercator. Fortaleza, jan./abr. 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, S. A identidade cultural na pós modernidade. DP&A, 1998.

INEPAC, Patrimônio cultural: educação para o Patrimônio Cultural. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

IPHAN, Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2003. Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acessado em 24 / 12 / 2017.

JOÃO, Cristiane Ramos Vianna. Terra do sal: projeto de um Museu do Sal em Praia Seca, Araruama - RJ -2012.

LUCHIARI, Maria Tereza DP. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar eo mundo. Olhares contemporâneos sobre o turismo. Orgs. SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini, p. 105-130, 1998.

MALDONADO, Carlos. “O Turismo Rural Comunitário na América Latina.” In: Bartholo, Sansolo e Bursztyn, Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.31

MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA, Carlos Eduardo. O papel histórico do turismo de massa na consolidação da união europeia e suas relações com a política nacional de turismo no brasil. Turismo-Visão e Ação, v. 12, n. 2, p. 159-171, 2010.

MENDONÇA, T. C. M. MORAES, E. A. de. Reflexões emergentes sobre Turismo de Base Comunitária, à luz da experiência do paraíso proibido: Vila do Aventureiro – Ilha Grande – Brasil. Revista Turismo e Desenvolvimento, N. 17/18, Vol. 2. Aveiro: Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, 2012. p. 1169-1183.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390, dez. 2013.

PAIXÃO, Cláudia. Os caminhos do sal no território fluminense. In: *Pesquisa histórica e banco de dados - ouro, café, açúcar e sal*. Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis – Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. SEBRAE, 2004. Disponível em: <[http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/pesq/00\\_PesquisaHistorica\\_FULL.pdf](http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/pesq/00_PesquisaHistorica_FULL.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2016..

PEREIRA, W. L. Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcis e de seus trabalhadores, Cabo Frio (1943 – 1964) Arraial do Cabo. Niterói, 2009. 479f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009.

\_\_\_\_\_. História e Região: Inovação e industrialização na economia salineira fluminense. Revista de História Regional, v. 15, p. 184-210, 2010a.

\_\_\_\_\_. Vagas da modernidade: a Companhia Nacional de Álcis em Arraial do Cabo (1943/1964). Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 23, p. 321-343, 2010b.



RIBEIRO, M.. Turismo no Estado do Rio de Janeiro: Ensaio de uma tipologia. GEOgraphia, América do Norte, 5, dez. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/128/125>. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Papirus editora, 1997.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. Ciência e conhecimento – Revista eletrônica da ULBRA. São Jerônimo – vol. 01, 2007, História, A.2.

THOMPSON, Paul. História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: *História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores Karen Worcman e Jesus Vasquez Pereira.- São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 280p.

UZEDA, Helena Cunha de. Turismo e Patrimônio. v.1 – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. 258p.

## ANEXO I

### Glossário dos termos típicos<sup>10</sup>

- Moageiro/Moagem: indústria pequena que pegava o sal moía-o e vendia-o;
- Dar água na salina: jogar água salgada nos marnéis;
- Passeios/Eiras: são caminhos abertos entre os cristalizadores e outros compartimentos utilizáveis. Servem tanto para comunicação quanto para depósito de sal durante as colheitas;
- Armazéns: Barracões cobertos de telha ou de sapê com portões de madeira, ou mesmo abertos, onde é posto o sal depois de alguns dias de colheita;
- Marnéis: local da salina mais importante e que requer mais cuidado. São quadros de 6,5 x 6,5 metros, feitos de sarrafos de pinho de régua. A profundidade desses quadros não ultrapassa 5 centímetros e os sarrafos, que medem geralmente 12m/m de grossura, são levemente cravados na terra e seguros por estacas de madeira. Também são chamados de cristalizadores.

---

<sup>10</sup>Adaptado de DUTRA, 2011.

## **ANEXO II**

Roteiro de perguntas iniciais para as entrevistas:

- O senhor (a) é de qual cidade?
- Por que o senhor (a) veio morar/trabalhar aqui?
- Com quantos anos começou a trabalhar como salineiro?
- O senhor (a) já trabalhou em outra atividade?

## ANEXO III



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e  
Tecnológica  
Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde de 10 de outubro de 1996)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O Turismo como instrumento de salvaguarda do patrimônio da comunidade tradicional salineira do Caminho do Sal - RJ”. Você foi selecionado(a) para participar de entrevistas e conversas e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o(a) pesquisador(a), nem como a Instituição.

O objetivo dessa pesquisa é avaliar como projetos de turismo de base comunitária podem colaborar na salvaguarda do patrimônio natural/cultural da comunidade salineira do Caminho do Sal.

Não há riscos relacionados com sua participação nessa pesquisa.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o anonimato sobre sua participação, por meio da adoção de nomes fictícios para os envolvidos, sempre que os resultados e discussões se tornarem públicos.

Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar dessa pesquisa **não** implicará nenhum custo para você e, como **voluntário(a)**, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela sua colaboração e participação.

Você receberá uma cópia deste termo com o email de contato dos pesquisadores envolvidos na pesquisa, caso queira ter maiores esclarecimentos.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

IFRJ – Campus Avançado Arraial do Cabo  
Pesquisador: Flávia Carvalho Figueira Purificate  
Tel.: (22) 999838408  
Email: flavia.purificate@gmail.com

**Nome do participante voluntário:** \_\_\_\_\_

Forma de contato: \_\_\_\_\_

**Declaro que entendi os objetivos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar,**

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

Arraial do Cabo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.